

Território, trabalho e sociedade: os Campos Gerais nos relatos de Saint-Hilaire (1820)

Territory, labor, and society: the Campos Gerais in Saint-Hilaire's travel accounts (1820)

Leonildo José Figueira*

Palavras-chave:
Campos Gerais
Saint-Hilaire
Território

Resumo: O artigo analisa os relatos de viagem de Auguste de Saint-Hilaire referentes à sua passagem pelos Campos Gerais em 1820, tomando-os como fonte privilegiada para a compreensão das representações de território, trabalho e organização social no Brasil oitocentista. A partir de uma leitura crítica do texto do viajante, o estudo problematiza a construção discursiva da paisagem, os juízos morais associados às práticas laborais e as hierarquias sociais observadas no mundo rural, situando essas descrições no contexto das assimetrias próprias dos encontros entre observador europeu e sociedades locais. Dialogando com aportes teóricos da história cultural e da análise dos relatos de viagem, o artigo sustenta que as narrativas do viajante não apenas registram a realidade dos Campos Gerais, mas produzem sentidos históricos que articulam natureza, trabalho e sociedade segundo categorias científicas e valores próprios do início do século XIX.

Keywords:
Campos Gerais
Saint-Hilaire
Territory

Abstract: This article examines the travel narratives of Auguste de Saint-Hilaire concerning his passage through the Campos Gerais region in 1820, considering them as a key source for understanding representations of territory, labor, and social organization in nineteenth-century Brazil. Through a critical reading of the traveler's account, the study analyzes the discursive construction of landscape, the moral judgments associated with rural labor practices, and the social hierarchies observed in the countryside, situating these descriptions within the asymmetrical encounters between a European observer and local societies. Engaging with theoretical perspectives from cultural history and travel writing studies, the article argues that Saint-Hilaire's narratives do not merely record the reality of the Campos Gerais, but actively produce historical meanings that articulate nature, labor, and society according to scientific categories and values characteristic of the early nineteenth century.

Recebido em 31 de dezembro de 2025. Aprovado em 1º de junho de 2026.

Introdução

Ao longo do século XIX, os relatos de viagem ocuparam posição central na produção de conhecimentos sobre os territórios americanos. Elaborados por naturalistas, diplomatas, militares e homens de ciência, esses textos articularam observação empírica, classificação científica e juízos morais, contribuindo para a construção de imagens duradouras sobre a natureza, o trabalho e as sociedades locais. No caso brasileiro, tais narrativas desempenharam papel decisivo na formulação de interpretações sobre o mundo rural, frequentemente

concebido a partir de categorias europeias de civilização, progresso e utilidade econômica.

É nesse horizonte que se inscrevem os escritos de Auguste de Saint-Hilaire, naturalista francês que percorreu extensas regiões do Brasil entre 1816 e 1822. Seus relatos, produzidos no cruzamento entre ciência, viagem e escrita autobiográfica, oferecem um testemunho privilegiado não apenas sobre os espaços visitados, mas sobre as formas pelas quais esses espaços foram interpretados, classificados e hierarquizados. Longe de constituírem simples registros descritivos, seus textos revelam um esforço sistemático de ordenação do território e da

* Doutor em Educação (UFPR), Mestre em História (UEPG). Professor do Curso de História da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: leonildo.figueira@utp.br.

sociedade, orientado por critérios científicos e valores culturais próprios do início do século XIX.

Saint-Hilaire (1779–1853) foi um naturalista francês vinculado aos circuitos científicos europeus do início do século XIX, especialmente à tradição botânica e às práticas de observação sistemática da natureza. Entre 1816 e 1822, percorreu extensas regiões do Brasil, incluindo Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a região correspondente ao atual Paraná. Suas viagens ocorreram no contexto posterior à abertura dos portos e à instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, momento em que o território brasileiro passou a atrair maior atenção de naturalistas, diplomatas e homens de ciência europeus. Ao longo de suas expedições, coletou milhares de espécimes botânicos, registrou características geográficas e produziu observações sobre práticas econômicas, formas de ocupação, relações sociais e modos de vida locais. Seus relatos, publicados na França ao longo das décadas seguintes às viagens, tornaram-se referências importantes para o estudo da natureza, da sociedade e da formação territorial do Brasil oitocentista.

Entre as diversas obras produzidas pelo viajante, destaca-se *Viagem pela Comarca de Curitiba*, relato resultante de sua passagem pela região sul do Brasil em 1820. O texto integra o amplo conjunto de narrativas elaboradas a partir de suas expedições científicas e foi posteriormente publicado, tornando-se uma das principais fontes para o estudo histórico da formação territorial, econômica e social do Paraná no início do século XIX. Além de registrar aspectos da paisagem, da circulação, das atividades produtivas e das populações locais, a obra passou a ocupar posição relevante na historiografia regional, sendo frequentemente utilizada por historiadores, geógrafos e pesquisadores interessados na compreensão das transformações do espaço sul-brasileiro. Mais do que um simples registro de viagem, o relato constitui uma interpretação do território observável a partir das categorias científicas, culturais e políticas mobilizadas pelo autor.

No início do século XIX, os chamados Campos Gerais designavam uma extensa região de

campos naturais localizada no planalto meridional do Brasil, correspondente, em grande medida, ao atual território do Paraná. Caracterizada pela predominância da pecuária extensiva, pela circulação de gado e pela baixa densidade populacional, essa região integrava importantes rotas de circulação regional e desempenhava papel relevante na economia de abastecimento. Mais do que uma unidade administrativa, os Campos Gerais constituíam um espaço historicamente definido por suas características naturais, produtivas e funcionais, o que explica por que viajantes como Saint-Hilaire os identificaram e descreveram como um território reconhecível a partir da paisagem, do uso do solo e das práticas econômicas ali observadas.

A passagem pelos Campos Gerais, realizada em 1820, oferece um recorte privilegiado para compreender a maneira como o viajante interpretou o território e as populações do sul do Brasil. Ao dedicar parte significativa de sua narrativa à região, o naturalista construiu uma representação marcada pela observação da paisagem, das atividades econômicas e das formas de organização social. Seus registros permitem identificar não apenas aspectos do espaço observado, mas também os critérios utilizados para descrevê-lo, classificá-lo e atribuir-lhe significados. Nesse sentido, os Campos Gerais aparecem no relato como um território dotado de características próprias, reconhecido pela predominância dos campos naturais, pela importância da pecuária extensiva e pela inserção em circuitos regionais de circulação.

A descrição da paisagem ocupa, nesse contexto, papel central. O viajante dedica longas passagens à caracterização visual e sensorial dos campos, ressaltando sua regularidade, salubridade e beleza, frequentemente associadas a comparações com paisagens europeias. A presença recorrente da araucária, os contrastes cromáticos entre os campos e os capões de mata, bem como as observações sobre o clima e o céu da região, não constituem apenas um inventário naturalista, mas organizam uma leitura do território como espaço dotado de potencialidades específicas. A paisagem, assim, funciona como fundamento interpretativo para as análises subsequentes sobre trabalho e sociedade.

Essas descrições territoriais estão estreitamente ligadas à forma como o viajante avalia

as práticas de trabalho rural. Ao observar a centralidade da pecuária extensiva e os ritmos intermitentes do labor, constrói juízos que oscilam entre a constatação empírica e a crítica moral. Termos como “suavidade da vida”, “pouco esforço” e “ociosidade” aparecem como chaves interpretativas, revelando expectativas normativas em relação ao trabalho produtivo. Tais avaliações não se limitam ao plano econômico, mas se projetam sobre a organização social, influenciando a maneira como o viajante classifica proprietários, trabalhadores pobres, escravizados e agentes da circulação, como os tropeiros.

Nesse sentido, o relato oferece um terreno privilegiado para a análise das formas de representação do mundo rural no Brasil oitocentista. A sociedade descrita emerge como espaço hierarquizado, no qual diferenças materiais são frequentemente traduzidas em diferenças morais e culturais. A hospitalidade dos habitantes, a simplicidade dos costumes, a ausência de instrução formal e a limitada valorização das artes são elementos reiteradamente mencionados pelo viajante, compondo uma imagem social que combina reconhecimento de virtudes locais e crítica àquilo que ele percebe como insuficiências civilizacionais.

Além disso, a atenção dedicada aos caminhos, às distâncias e à circulação de animais e mercadorias insere os Campos Gerais em redes mais amplas de integração regional. Ao registrar o comércio de muare e o trânsito constante de tropeiros, o viajante revela um espaço rural atravessado por fluxos, ainda que marcado por precariedades estruturais. Essa dimensão da mobilidade relativiza leituras que associam o campo exclusivamente ao isolamento, permitindo compreender a região como parte de circuitos econômicos interprovinciais.

Diante disso, este artigo propõe uma leitura analítica dos relatos de Saint-Hilaire sobre os Campos Gerais, tomando-os como fonte central para a compreensão das representações de território, trabalho e sociedade no início do século XIX. Ao privilegiar a análise textual minuciosa da narrativa, com atenção às citações literais, às escolhas vocabulares, às recorrências e aos silêncios, busca-se compreender não apenas o que o viajante descreve,

mas como e a partir de quais critérios ele produz sentidos históricos sobre o mundo rural brasileiro.

Mais do que avaliar a exatidão empírica das observações, interessa compreender o relato como prática discursiva situada, na qual descrição, comparação e julgamento se articulam. Ao fazê-lo, o artigo pretende contribuir para o debate historiográfico sobre a história rural, evidenciando o potencial analítico dos relatos de viagem como documentos fundamentais para pensar as formas de conhecimento, representação e ordenação do território e da sociedade no Brasil oitocentista.

Notas metodológicas e historiográficas

O presente artigo adota como procedimento central a análise textual de um relato de viagem, tomando a obra *Viagem pela comarca de Curitiba* como fonte primária para a investigação das representações de território, trabalho e sociedade nos Campos Gerais no início do século XIX. A opção por privilegiar o texto de Saint-Hilaire parte do entendimento de que os relatos de viagem constituem documentos históricos complexos e heterogêneos, nos quais observação empírica, descrição científica e valorações morais se articulam de maneira indissociável.

Do ponto de vista metodológico, o relato não é tratado como simples registro factual da realidade observada. Ao contrário, compreende-se a narrativa do viajante como produção discursiva situada, atravessada por escolhas narrativas, critérios de classificação e expectativas normativas próprias de seu autor e de seu tempo. Essa perspectiva implica deslocar o foco da verificação empírica das informações para a análise dos modos pelos quais o território e a sociedade são descritos, nomeados e hierarquizados no texto, considerando a escrita como mediação ativa entre experiência e representação.

Essa abordagem inscreve-se em uma renovação historiográfica que, ao longo das últimas décadas, afastou-se do tratamento dos relatos de viagem como meros repositórios neutros de informação. Progressivamente, tais narrativas passaram a ser compreendidas como objetos de análise em si, passíveis de investigação quanto às suas

estratégias discursivas, aos lugares de enunciação que pressupõem e às formas de ordenação do mundo que produzem. Nesse sentido, o viajante deixa de figurar apenas como informante privilegiado para tornar-se agente de construção de sentidos, cujos textos expressam tanto observações quanto interpretações e julgamentos.

A análise desenvolvida neste artigo parte do pressuposto de que os relatos de viagem constituem formas específicas de produção de conhecimento sobre o mundo social. Por essa razão, mobilizam-se referenciais que permitem compreender simultaneamente os processos de representação, as relações de poder envolvidas na observação do outro e os regimes temporais presentes na narrativa. Mary Louise Pratt (1999) contribui para a compreensão das assimetrias que caracterizam os encontros entre viajantes europeus e populações locais; Michel de Certeau (1982) oferece instrumentos para pensar a escrita como operação produtora de sentidos; e François Hartog (2013) possibilita analisar as expectativas temporais que atravessam as descrições do território e da sociedade. Esses aportes não são utilizados como modelos rígidos de interpretação, mas como ferramentas analíticas para a leitura crítica da narrativa do viajante.

A leitura do relato dialoga, assim, com os estudos sobre narrativas de viagem, especialmente no que se refere às relações assimétricas que estruturam a experiência narrada. Mobiliza-se o conceito de zona de contato, formulado por Pratt (1999), para compreender o lugar de enunciação ocupado pelo viajante europeu e a autoridade que lhe permite comparar práticas, avaliar costumes e atribuir significados aos espaços e às populações observadas. Tal chave interpretativa orienta a análise sobretudo nos momentos em que o viajante formula juízos sobre o trabalho rural, os ritmos de vida e as formas de organização social nos Campos Gerais.

A dimensão temporal do relato é igualmente considerada. As observações de Saint-Hilaire são lidas à luz da noção de “regimes de historicidade”, conforme formulada por Hartog (2013), entendida aqui como instrumento heurístico para apreender as articulações entre passado, presente e futuro na narrativa. O presente descrito pelo viajante é frequentemente avaliado em relação a expectativas de transformação e a modelos externos de referência,

projetando sobre o território um horizonte de potencialidade e progresso. Tal procedimento reforça a necessidade de situar o relato em seu tempo de produção, evitando leituras anacrônicas.

No que se refere à análise da paisagem, parte-se do pressuposto de que o espaço descrito não constitui um dado neutro. As passagens dedicadas à paisagem são compreendidas como construções narrativas, nas quais natureza, valor e expectativa se articulam. A paisagem aparece, assim, não apenas como cenário, mas como elemento estruturante da interpretação do território, desempenhando papel ativo na organização do discurso e na formulação de juízos sobre o espaço rural.

A atenção à escrita enquanto prática constitui outro eixo metodológico relevante. Inspirado nas reflexões de Certeau (1982), o artigo compreende o relato de viagem como resultado de uma operação de escrita que transforma a experiência em discurso por meio de seleções, recorrências e silenciamentos. Ao destacar determinados elementos da paisagem e das práticas sociais e relegar outros ao segundo plano, o viajante produz um território e uma sociedade legíveis para seu público leitor. A análise privilegia, assim, o exame das escolhas vocabulares, das comparações e das classificações mobilizadas pelo autor.

Em termos operacionais, a leitura do texto baseou-se na edição publicada pela Fundação Cultural de Curitiba (1995), adotada como referência para todas as citações. Optou-se pelo uso sistemático de citações literais, tanto curtas quanto em blocos mais extensos, sempre com indicação de paginação. Essa escolha metodológica busca preservar a materialidade do texto do viajante e permitir que o leitor acompanhe diretamente os trechos analisados, evitando paráfrases excessivas que possam diluir o vocabulário e os juízos originais do autor.

Do ponto de vista historiográfico, o artigo dialoga com uma tradição de estudos que reconhece os relatos de viagem como fontes privilegiadas para a história rural, a história cultural e a história intelectual. Ao invés de tratar o mundo rural como espaço homogêneo ou marginal, a análise busca evidenciar sua complexidade, destacando a articulação entre paisagem, trabalho, hierarquias sociais e circulação regional. Ao fazê-lo, o estudo

pretende contribuir para o dossiê História Rural em Debate, demonstrando como os relatos de viagem podem iluminar não apenas práticas e espaços, mas também as formas de representação e ordenação do mundo rural no século XIX.

Território e descrição: os Campos Gerais como construção narrativa

O viajante estabelece um gesto conceitual decisivo ao recusar definições administrativas para caracterizar a região. Ao afirmar que os Campos Gerais “não constituem uma comarca nem um distrito”, mas um território reconhecível “independentemente das divisões políticas” (Saint-Hilaire, 1995, p. 17), o viajante delimita o espaço a partir de critérios naturais e produtivos, e não institucionais. Essa escolha não é neutra: ela indica uma concepção de território fundada na paisagem, no uso do solo e nas possibilidades econômicas, típica da literatura científica de viagem do início do século XIX.

Essa forma de definição territorial não era incomum entre os viajantes-naturalistas do período. Ao privilegiar elementos da paisagem, da vegetação, do relevo e das atividades econômicas, tais autores frequentemente produziam regionalizações próprias, fundamentadas menos em delimitações político-administrativas e mais na observação direta do espaço. Nos relatos, essa perspectiva permite identificar os Campos Gerais como uma unidade territorial reconhecida por características ambientais e produtivas específicas, conferindo coerência ao conjunto de descrições apresentadas ao longo da narrativa.

A partir dessa definição inicial, a paisagem assume função estruturante no relato. O viajante dedica longos parágrafos à descrição visual e sensorial dos campos, enfatizando sua amplitude, regularidade e continuidade. Ao registrar que “esses campos constituem inegavelmente uma das mais belas regiões que já percorri desde que cheguei à América” (Saint-Hilaire, 1995, p. 18), articula imediatamente o juízo estético à observação científica. A beleza do espaço não aparece como mero deleite subjetivo, mas como indício de ordem natural, legibilidade e potencialidade.

Esse procedimento torna-se ainda mais evidente quando recorre à comparação com as planícies da Beauce, na França. A analogia opera como instrumento interpretativo: ao aproximar o território observado de uma paisagem europeia conhecida, o viajante estabelece um parâmetro de inteligibilidade que hierarquiza os espaços sem anular a diferença. A comparação não elimina o encantamento, mas o organiza, inscrevendo os Campos Gerais em um sistema de referências que permite avaliá-los segundo critérios já consolidados. A comparação constitui um recurso recorrente na literatura de viagem oitocentista, funcionando como mecanismo de tradução cultural por meio do qual o desconhecido é interpretado a partir de referências familiares ao observador.

No interior dessa paisagem, a araucária emerge como elemento recorrente e altamente significativo. Ele descreve “pequenos capões onde sobressai a valiosa e imponente araucária, surgindo aqui e ali nas baixadas”, destacando o contraste entre “o tom carregado de suas folhagens” e “o verde claro e viçoso do capinzal” (Saint-Hilaire, 1995, p. 18). A repetição dessa imagem ao longo do texto transforma a árvore em verdadeiro signo da região. Mais do que um elemento botânico, a araucária passa a funcionar como síntese visual e científica dos Campos Gerais, condensando singularidade natural e valor econômico potencial.

A paisagem, portanto, não se limita à condição de pano de fundo descritivo, assumindo função estruturante na organização da narrativa. Ela organiza a descrição, orienta as comparações e fundamenta interpretações mais amplas sobre o território. Esse modo de operar confirma que, descrever a natureza é já interpretá-la, selecionando elementos que tornem o espaço inteligível e classificável.

A atenção dedicada ao clima reforça essa lógica. Ao observar que o céu da região, “embora menos luminoso que o da zona dos trópicos”, seria “mais conveniente à fragilidade da nossa vista” (Saint-Hilaire, 1995, p. 19), o viajante mobiliza critérios fisiológicos e culturais próprios de sua experiência europeia. O julgamento climático não se limita à constatação meteorológica; ele avalia o território segundo sua adequação ao corpo, à sensibilidade e aos hábitos do observador. O espaço

natural é, assim, medido a partir de um padrão externo, revelando a persistência de uma lógica comparativa implícita.

Esse conjunto de descrições confere ao território um caráter marcadamente prospectivo. Ao longo do relato afirma que os Campos Gerais são “perfeitamente apropriados à colonização europeia” (Saint-Hilaire, 1995, p. 21). Tal afirmação não decorre apenas da análise do solo ou do clima isoladamente, mas de uma leitura integrada da paisagem, da produção possível e das práticas sociais observadas. O território descrito não se limita ao presente da viagem; ele é projetado em direção a um futuro imaginado, orientado por expectativas de ocupação, racionalização e transformação.

Do ponto de vista analítico, essa construção narrativa da paisagem aproxima-se do entendimento de Simon Schama (1996), para quem a paisagem deve ser compreendida como uma produção cultural, resultante da interação entre natureza, memória e imaginação. Em Saint-Hilaire, os Campos Gerais são simultaneamente observados e interpretados, organizados segundo categorias científicas e valores culturais europeus. A descrição detalhada do relevo, da vegetação e do clima não neutraliza o discurso; ao contrário, reforça seu caráter normativo.

Essa normatividade também se evidencia no próprio gesto da escrita. Conforme sugere Michel de Certeau (1982), narrar implica selecionar, hierarquizar e silenciar. Ao destacar elementos como a regularidade dos campos, a presença da araucária e a salubridade do clima, Saint-Hilaire produz um território legível e comparável, ao mesmo tempo em que obscurece outras dimensões possíveis da experiência local. Descrever, nesse contexto, é ordenar o espaço e torná-lo passível de apropriação intelectual.

A leitura territorial proposta pelo viajante inscreve-se em um regime temporal específico. Como observa François Hartog (2013), o presente é frequentemente interpretado à luz de expectativas futuras. Nos Campos Gerais de Saint-Hilaire, a paisagem observada é constantemente avaliada em função do que ela pode vir a ser. O território narrado não é apenas aquilo que se vê, mas aquilo que se projeta, revelando uma concepção de espaço rural

marcada pela antecipação e pela promessa de transformação.

Trabalho rural, ritmos de vida e juízos morais nos Campos Gerais

A descrição do trabalho rural nos Campos Gerais ocupa lugar central no relato do viajante francês, não apenas como registro de práticas produtivas, mas como espaço privilegiado de formulação de juízos morais. Ao observar a ocupação do solo e o cotidiano dos moradores, constrói uma narrativa em que o trabalho é avaliado segundo critérios de intensidade, regularidade e diligência, categorias que revelam tanto sua experiência empírica quanto o repertório cultural a partir do qual interpreta o mundo observado.

Logo ao iniciar a descrição das atividades humanas na região, Saint-Hilaire explicita sua percepção sobre o ritmo de vida local:

[...] a vida aqui parece excessivamente suave; não se trabalha com aquele fervor que presenciei em outras províncias. Os habitantes conduzem seus gados com tranquilidade, e muitos passam o maior tempo em conversas longas, ao passo que o campo, embora fértil, não exige deles esforços constantes (Saint-Hilaire, 1995, p. 23).

A passagem revela uma operação narrativa recorrente no texto: a observação do cotidiano é imediatamente acompanhada por um juízo avaliativo. Termos como “vida excessivamente suave” e “não se trabalha com fervor” não descrevem apenas práticas, mas introduzem um parâmetro normativo de comparação. O trabalho é lido à luz de um ideal implícito de intensidade e aplicação contínua, que funciona como medida para avaliar a conduta dos habitantes.

Esse procedimento evidencia uma característica recorrente dos relatos de viagem produzidos no contexto da expansão científica europeia do século XIX. A observação não aparece dissociada da avaliação; ao contrário, descrever implica classificar, comparar e atribuir valor. As práticas de trabalho observadas por Saint-Hilaire são constantemente interpretadas à luz de referências externas que orientam sua percepção acerca da

produtividade, da disciplina e da utilidade econômica das atividades humanas.

Essa lógica comparativa torna-se ainda mais explícita quando contrapõe os Campos Gerais a outras regiões que havia percorrido anteriormente. Ao recordar sua experiência em Minas Gerais, afirma:

Em Minas, vi lavradores que, desde as primeiras horas da manhã, se entregavam com diligência às suas tarefas. Aqui, ao contrário, há momentos extensos em que o gado pasta livremente e o homem permanece à sombra, como se o labor fosse exceção e não regra (Saint-Hilaire, 1995, p. 24).

A oposição entre “diligência” e descanso prolongado estrutura o argumento do viajante. Não se trata apenas de uma diferença regional, mas da construção de uma hierarquia moral entre formas de trabalho. O labor intenso e regular aparece como padrão desejável, enquanto a adaptação a ritmos menos exigentes é interpretada como sinal de insuficiência produtiva. A comparação opera, assim, como mecanismo de julgamento, organizando o espaço rural segundo critérios de valor.

Mais do que uma diferença regional, a comparação revela a presença de um ideal normativo de trabalho associado a valores amplamente difundidos na cultura europeia moderna. O labor contínuo, a disciplina cotidiana e o aproveitamento sistemático do tempo aparecem como parâmetros implícitos de avaliação. Dessa forma, a crítica à suposta ociosidade dos habitantes dos Campos Gerais diz menos sobre a realidade objetiva do trabalho rural e mais sobre os referenciais culturais mobilizados pelo observador.

Saint-Hilaire não se limita a formular críticas. Em diversos momentos, ele busca explicar o que considera uma menor intensidade do trabalho, recorrendo a fatores naturais. Ao atribuir à paisagem e ao clima parte da responsabilidade por esse ritmo de vida, observa que: “O terreno vasto e aberto, unido ao clima ameno, parece dispensar esforço contínuo. A natureza, aqui tão gentil, quase que impede o homem de sentir urgência em labutar incansavelmente” (Saint-Hilaire, 1995, p. 25).

A explicação desloca a análise do plano exclusivamente moral para uma causalidade

naturalizada. A “natureza gentil” passa a funcionar como elemento explicativo das práticas sociais, estabelecendo uma relação direta entre meio ambiente e comportamento humano. Esse movimento discursivo revela uma transição significativa: o viajante transforma a descrição do espaço em fundamento interpretativo do trabalho, conferindo à paisagem um papel ativo na organização da vida social.

A associação entre ambiente natural e comportamento humano aproxima-se de interpretações bastante difundidas entre naturalistas e viajantes do período, para os quais clima, relevo e condições ambientais exerciam influência direta sobre costumes, hábitos e formas de organização social. Embora tais perspectivas fossem frequentemente apresentadas como observações científicas, elas também incorporavam pressupostos culturais e concepções hierarquizantes acerca das diferentes sociedades observadas.

Ainda assim, a linguagem empregada preserva uma forte carga valorativa. Expressões que sugerem disposição ao descanso, economia de esforço ou ausência de urgência mantêm vivo o juízo normativo que atravessa o relato. O trabalho é constantemente medido a partir de um ideal de regularidade e intensidade, associado a expectativas de progresso e racionalização. Mesmo quando recorre à natureza como explicação, o viajante não abandona o horizonte moral que orienta sua leitura.

Essa articulação entre observação do presente e projeção de expectativas pode ser compreendida à luz da noção de regime de historicidade. Para Hartog (2013), os “regimes de historicidade” dizem respeito às maneiras pelas quais passado, presente e futuro são articulados, funcionando como grades de inteligibilidade da experiência histórica (Hartog, 2013). No caso de Saint-Hilaire, o presente observado nos Campos Gerais é constantemente avaliado em função de um futuro possível, orientado por valores de progresso, disciplina e aproveitamento racional do tempo.

Desse modo, as práticas de trabalho rural descritas pelo viajante não são apenas constatadas; elas são colocadas em relação a um horizonte antecipado, que serve como critério de avaliação. O presente aparece como insuficiente ou incompleto, enquanto o futuro, implícito, funciona como

promessa de transformação. O trabalho rural inscreve-se, portanto, em uma gramática temporal que projeta expectativas e hierarquiza práticas a partir delas.

Ao analisar esses juízos, não se trata de verificar sua adequação empírica, mas de compreender o modo como o trabalho é representado e avaliado no interior do relato de viagem. A descrição dos ritmos de vida nos Campos Gerais revela menos uma realidade objetiva do trabalho rural e mais uma operação discursiva que combina observação, comparação e julgamento, oferecendo ao historiador um campo fértil para compreender as formas pelas quais o mundo rural brasileiro foi interpretado no início do século XIX.

Sociedade, hierarquias e classificações no mundo rural dos Campos Gerais

Ao avançar da descrição da paisagem e das práticas de trabalho para a observação da vida social, Saint-Hilaire constrói um retrato minucioso das hierarquias que organizariam o mundo rural dos Campos Gerais. Diferentemente das passagens dedicadas ao território e ao trabalho, nas quais a paisagem e o ritmo produtivo funcionam como eixos interpretativos centrais, aqui o viajante mobiliza categorias sociais explícitas, nomeando grupos, atribuindo características morais e estabelecendo distinções que revelam sua forma particular de ordenar a sociedade observada.

A observação da sociedade ocupa posição estratégica na narrativa do viajante, pois permite transformar indivíduos e grupos sociais em categorias inteligíveis para o leitor europeu. Nesse processo, a descrição das diferenças econômicas, culturais e comportamentais é frequentemente acompanhada por avaliações que atribuem significados mais amplos às características observadas. A escrita de viagem não apenas registra distinções sociais, mas contribui para produzi-las discursivamente por meio de classificações, comparações e julgamentos.

Em diversos momentos do relato, enfatiza a reduzida presença de escravizados na região, observando que “os escravos são em pequeno número” e que, em muitos casos, “os próprios

proprietários se ocupam dos trabalhos mais comuns” (Saint-Hilaire, 1995, p. 28). A observação, aparentemente neutra, cumpre uma função interpretativa relevante: ao destacar a menor dependência do trabalho escravo, o viajante sugere uma organização social distinta daquela que conhecera em outras províncias brasileiras, especialmente nas áreas de agricultura intensiva.

No entanto, essa constatação não conduz a uma leitura igualitária da sociedade local. O viajante rapidamente estabelece distinções claras entre proprietários, homens pobres e populações que ele classifica genericamente como “gente ignorante”. Ao referir-se aos moradores mais modestos, afirma que muitos vivem “em extrema simplicidade”, contentando-se “com uma alimentação grosseira e hábitos pouco refinados” (Saint-Hilaire, 1995, p. 30). O uso reiterado de termos como “simplicidade”, “ignorância” e “grosseiro” revela um vocabulário carregado de julgamento, no qual a diferença social é traduzida em diferença moral e cultural.

Nesse aspecto, torna-se particularmente útil a reflexão proposta por Pratt (1999) acerca das assimetrias presentes nas chamadas zonas de contato. A autoridade narrativa do viajante permite que ele observe, interprete e classifique populações que raramente possuem espaço equivalente de enunciação dentro do próprio relato. As categorias utilizadas para descrever os habitantes dos Campos Gerais não são apenas descritivas; elas expressam relações de poder que legitimam determinadas formas de conhecimento sobre o outro e contribuem para a construção de imagens sociais duradouras.

A aparente neutralidade de algumas observações é rapidamente substituída por uma lógica classificatória que estabelece distinções entre grupos considerados mais ou menos próximos dos padrões de civilidade valorizados pelo autor. A descrição social passa, assim, a operar simultaneamente como instrumento de conhecimento e mecanismo de diferenciação simbólica, revelando a presença de critérios culturais que orientam a leitura da realidade observada.

Essas classificações ganham maior nitidez quando o viajante comenta as formas de sociabilidade. Ele observa que os habitantes dos Campos Gerais demonstram grande hospitalidade,

recebendo viajantes “com uma bondade que não se encontra facilmente em regiões mais populosas” (Saint-Hilaire, 1995, p. 31). Ainda assim, essa virtude é apresentada como traço ambíguo: a hospitalidade convive, segundo o autor, com a ausência de “polidez” e de hábitos que ele associa a sociedades mais refinadas. A virtude moral é reconhecida, mas imediatamente relativizada por critérios culturais externos.

O mesmo procedimento aparece quando trata das elites locais. Os grandes proprietários são descritos como homens que “vivem com certo conforto”, mas que, ao mesmo tempo, “não cultivam o gosto pelas artes nem pela instrução” (Saint-Hilaire, 1995, p. 32). A crítica à falta de interesse pela instrução revela novamente o horizonte normativo do viajante, para quem a hierarquia social deveria ser acompanhada de capital cultural e refinamento intelectual. A ausência desses elementos é lida como sinal de incompletude social, mesmo quando a posição econômica é reconhecida.

Essa forma de classificar os grupos sociais evidencia uma operação discursiva fundamental: não descreve apenas diferenças materiais, mas constrói uma hierarquia simbólica baseada em valores europeus de instrução, civilidade e cultura. A sociedade dos Campos Gerais é, assim, organizada no texto segundo critérios que extrapolam a observação empírica e se ancoram em expectativas normativas. O viajante observa, compara e, sobretudo, julga.

Do ponto de vista analítico, essas classificações podem ser compreendidas como parte daquilo que Michel de Certeau (1982) identifica como a prática de escrita que transforma o outro em objeto legível. Ao nomear, adjetivar e ordenar os habitantes, produz uma sociedade inteligível para seu público leitor europeu, ainda que isso implique simplificações e silenciamentos. Certos conflitos, tensões internas e formas de organização social aparecem apenas de modo fragmentário ou são completamente absorvidos pelas categorias gerais do autor.

Além disso, o modo como o viajante associa posição social e atributos morais insere-se em um regime de observação típico do início do século XIX, no qual a sociedade é pensada como passível de classificação racional. Nesse sentido, as hierarquias

descritas não devem ser lidas apenas como retrato fiel da realidade local, mas como resultado de um olhar que busca ordenar o mundo segundo princípios de inteligibilidade próprios de sua época.

Ao trazer à tona essas classificações sociais, o relato revela menos uma sociedade “tal como ela é” e mais uma sociedade tal como pode ser compreendida e avaliada por um observador europeu em trânsito. Para o historiador, é precisamente nessa tensão entre descrição e julgamento que reside a riqueza analítica do texto: as hierarquias sociais emergem não apenas como dado empírico, mas como construção discursiva, marcada por escolhas vocabulares, comparações implícitas e expectativas normativas.

Circulação, caminhos e integração regional: os Campos Gerais para além do isolamento

Se a paisagem e o trabalho poderiam sugerir, à primeira vista, um mundo rural rarefeito e pouco dinâmico, os relatos sobre a circulação de pessoas, animais e mercadorias, tensionam essa imagem. Ao longo de sua narrativa, o viajante insiste em registrar os deslocamentos constantes que atravessam a região, revelando um espaço integrado a circuitos econômicos mais amplos, ainda que marcado por precariedades materiais e técnicas.

A atenção aos deslocamentos é particularmente relevante para a história rural, pois permite compreender o campo não apenas como espaço de produção, mas também como território de circulação e conexão. Nas últimas décadas, diferentes estudos têm demonstrado que as áreas rurais oitocentistas estavam frequentemente integradas a redes comerciais, políticas e culturais mais amplas, o que relativiza interpretações que associam o rural ao isolamento ou à estagnação.

Saint-Hilaire observa que os Campos Gerais são atravessados por caminhos utilizados regularmente por tropeiros, sobretudo aqueles envolvidos no comércio de muares. Segundo o viajante, “os muares criados nesta região são conduzidos em grande número para a feira de Sorocaba”, constituindo uma das principais fontes de renda local (Saint-Hilaire, 1995, p. 34). Essa referência, breve, mas significativa, insere os Campos

Gerais em uma rede comercial de alcance interprovincial, afastando a ideia de um rural fechado em si mesmo.

A circulação aparece também associada à própria experiência da viagem. Saint-Hilaire descreve estradas mal conservadas, travessias difíceis e longas jornadas a cavalo, ressaltando que “os caminhos são frequentemente apenas trilhas abertas pelo uso contínuo” (Saint-Hilaire, 1995, p. 35). A precariedade da infraestrutura não impede, contudo, o fluxo constante de pessoas e mercadorias; ao contrário, parece constituir uma condição estrutural desse tipo de circulação, adaptada às características do território e às práticas locais.

O viajante chama atenção para o papel dos tropeiros como mediadores dessa integração regional. Embora não lhes dedique longas descrições individualizadas, reconhece que são eles que mantêm viva a comunicação entre regiões distantes, transportando animais, notícias e produtos. Ao mencionar que “essas caravanas percorrem grandes distâncias, enfrentando intempéries e dificuldades constantes”, o autor confere a esses agentes uma centralidade prática que contrasta com o lugar marginal que ocupam em sua hierarquia social implícita (Saint-Hilaire, 1995, p. 36).

Esse contraste é revelador. Enquanto os tropeiros são fundamentais para o funcionamento econômico da região, sua presença no texto é frequentemente reduzida a uma função utilitária. O viajante descreve sua atividade, mas pouco se detém em suas experiências subjetivas, trajetórias pessoais ou formas de organização social. A circulação aparece no relato mais como dado funcional do que como prática social complexa, o que evidencia um limite do olhar do viajante.

A reduzida atenção dedicada aos tropeiros enquanto sujeitos históricos revela um aspecto importante da própria lógica narrativa do relato. O interesse do viajante concentra-se prioritariamente nas funções econômicas desempenhadas por esses agentes, e não em suas experiências sociais, trajetórias individuais ou formas de sociabilidade. Tal característica evidencia os limites da fonte, ao mesmo tempo em que reforça seu valor para a compreensão das prioridades e dos enquadramentos adotados pelo observador.

Ainda assim, a insistência em registrar caminhos, deslocamentos e conexões regionais revela uma preocupação constante com a inteligibilidade do espaço. Ao indicar distâncias, tempos de viagem e obstáculos naturais, Saint-Hilaire constrói uma geografia praticada, na qual o território é definido menos por fronteiras administrativas e mais pelos fluxos que o atravessam. Nesse sentido, os Campos Gerais surgem como espaço de passagem e articulação, conectando Curitiba, o interior paulista e outras regiões do sul do Brasil.

Essa atenção aos deslocamentos reforça a ideia de que a ruralidade observada, não pode ser reduzida à imagem de isolamento. Mesmo em um contexto de baixa densidade populacional e infraestrutura precária, a região participa de circuitos econômicos e sociais mais amplos, sustentados por práticas de mobilidade adaptadas às condições locais. O viajante reconhece essa integração, ainda que a interprete a partir de categorias que privilegiam a eficiência, a regularidade e o controle, valores associados ao seu horizonte cultural.

Do ponto de vista analítico, essas passagens permitem compreender a circulação como elemento estruturante da vida rural nos Campos Gerais. Os caminhos descritos não são apenas vias físicas, mas também dispositivos de integração social e econômica. Ao registrá-los, o viajante contribui para a construção de uma imagem do território que articula paisagem, trabalho e sociedade em movimento, ainda que essa mobilidade seja filtrada por um olhar que tende a hierarquizar práticas e agentes.

Ao enfatizar os fluxos que atravessam a região, o relato contribui para deslocar o olhar historiográfico de uma compreensão exclusivamente local do espaço rural para uma perspectiva relacional, na qual caminhos, deslocamentos e intercâmbios assumem papel fundamental na constituição das dinâmicas territoriais. Os Campos Gerais aparecem, assim, como parte de uma rede mais ampla de conexões econômicas e sociais que articulava diferentes regiões do sul do Brasil.

Ao final, a atenção aos fluxos e deslocamentos reforça a leitura do relato como documento que produz sentidos históricos sobre o mundo rural brasileiro. Os Campos Gerais aparecem, assim, não como espaço marginal ou estagnado, mas como

território atravessado por circulações que desafiam leituras simplificadoras do rural oitocentista. Para o historiador, essas observações são fundamentais, pois permitem pensar o campo como espaço de conexão, negociação e trânsito, e não apenas como cenário fixo da vida agrária.

Considerações Finais

A leitura crítica dos relatos de Auguste de Saint-Hilaire sobre os Campos Gerais evidencia que a narrativa de viagem constitui muito mais do que um registro descritivo do território percorrido. Ao articular paisagem, trabalho, hierarquias sociais e circulação, o viajante produz uma interpretação integrada do mundo rural oitocentista, marcada por escolhas vocabulares, comparações implícitas e expectativas normativas próprias de seu horizonte intelectual. O relato, nesse sentido, revela-se um documento histórico situado, cuja riqueza analítica reside justamente na tensão entre observação empírica e julgamento.

Ao longo do artigo, buscou-se demonstrar que a descrição da paisagem não opera como simples pano de fundo natural. Os Campos Gerais são construídos discursivamente como território dotado de potencialidades, avaliado a partir de critérios científicos e culturais europeus. A ênfase em elementos como a regularidade dos campos, a salubridade do clima e a presença emblemática da araucária contribui para a produção de um espaço inteligível, ordenado e passível de comparação. A paisagem, assim, organiza a narrativa e fundamenta interpretações posteriores sobre o trabalho e a sociedade, demonstrando como natureza e cultura aparecem articuladas na construção discursiva do território.

No que se refere às práticas laborais, o viajante associa o trabalho rural a ritmos específicos, frequentemente avaliados sob o signo da insuficiência ou da indolência. Ao comparar com outras regiões e com modelos implícitos de produtividade, o viajante projeta expectativas normativas que tencionam a leitura do cotidiano observado. A análise dessas passagens permitiu evidenciar como juízos morais são incorporados ao relato, convertendo práticas adaptadas a um sistema

produtivo extensivo em sinais de atraso ou falta de diligência.

As classificações sociais elaboradas aprofundam esse movimento interpretativo. Ao distinguir proprietários, homens pobres, escravizados e tropeiros, o viajante constrói uma hierarquia simbólica que associa posição social a atributos morais e culturais. Termos como “ignorância”, “simplicidade” e “falta de instrução” funcionam como marcadores de diferença, revelando a centralidade de valores europeus de civilidade e refinamento na ordenação do mundo social observado. A sociedade rural emerge, assim, menos como reflexo direto da realidade empírica e mais como produto de uma operação classificatória.

A atenção dedicada à circulação e aos caminhos permitiu relativizar imagens de isolamento frequentemente associadas ao mundo rural. Ao registrar o trânsito de tropeiros, o comércio de muares e as conexões interprovinciais, insere os Campos Gerais em redes mais amplas de mobilidade e integração econômica. Ainda que o viajante não explore plenamente as dimensões sociais dessas práticas, sua narrativa oferece elementos fundamentais para pensar o campo como espaço de circulação e articulação regional.

Ao privilegiar a análise textual da fonte, com atenção às citações literais, às recorrências vocabulares e aos silêncios do relato, este artigo buscou contribuir para o debate historiográfico sobre a história rural brasileira, reafirmando o potencial dos relatos de viagem como documentos centrais para a compreensão das formas de representação do território e da sociedade no século XIX. Mais do que confirmar ou negar a veracidade das observações, interessou compreender como e a partir de quais critérios o viajante produziu sentidos históricos sobre os Campos Gerais.

A principal contribuição deste estudo consiste em evidenciar que os relatos de viagem podem ser analisados não apenas como repositórios de informações sobre o passado, mas como práticas discursivas que participam ativamente da produção de representações sobre territórios, populações e formas de organização social. Nesse sentido, o texto de Saint-Hilaire revela-se particularmente significativo por permitir observar simultaneamente os processos de descrição, classificação e atribuição

de sentido que estruturaram parte do conhecimento produzido sobre o sul do Brasil no século XIX.

Nesse movimento, o estudo dialoga com abordagens que concebem o rural não como espaço homogêneo ou marginal, mas como território atravessado por práticas, classificações e circulações diversas. Ao tomar os relatos de Saint-Hilaire como objeto central da análise, o artigo evidencia que o relato de viagem, longe de ser mero testemunho, constitui uma forma ativa de conhecimento e ordenação do mundo, cujos efeitos ultrapassam o tempo da viagem e continuam a informar leituras historiográficas sobre o Brasil oitocentista.

Ao mesmo tempo, a pesquisa reforça a importância de considerar os relatos de viagem como fontes capazes de iluminar não apenas aspectos materiais da vida rural, mas também os mecanismos simbólicos por meio dos quais determinadas imagens do campo, do trabalho e da sociedade foram construídas e difundidas. A análise dessas representações permite compreender de forma mais ampla os processos históricos de produção de conhecimento sobre o território brasileiro e os sujeitos que nele viviam.

Referências

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CORRÊA, Sílvio Marcus de Souza. Evidências de história nos relatos de viajantes sobre a África pré-colonial. **Aedos**, v. 1, p. 11–21, 2008.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa.** Humanitas, v. 2, p. 62–68, 2011.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Tradução de Andréa Souza. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Livros de viagem (1830–1900).** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação.** Tradução de Jézio Hernani Bomfim Gutierrez. Bauru: EDUSC, 1999.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pela comarca de Curitiba.** Tradução de Cassiana Lacerda Carollo. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória.** Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.